

Tema: Discriminação nas mulheres: o peso da idade e a eterna juventude

Boa tarde a todos. Começo por agradecer, naturalmente, o convite que me foi dirigido, bem como a sensibilidade demonstrada para a temática que, aqui, pretendo abordar.

Bem sei que o tema a que esta Cimeira se encontra subordinada versa sobre os Direitos Humanos das Mulheres, mas outros [temas] há, aproveitando este mote, que merecem ser igualmente abordados, pelo que me perdoem se sentirem que estou à margem. Mas é meu entendimento que Direitos Humanos das Mulheres e Igualdade de Género e Oportunidades são temas que caminham lado-a-lado, bem como a discriminação que pode ocorrer de diversas formas. Na realidade, é nosso dever, acredito, agitar mentalidades e acicatar sobre comportamentos que têm vindo a ganhar terreno e que, nem sempre, são olhados com a devida atenção; ou, pelo menos, com a seriedade que lhes impõe.

Sabemos que o papel da Mulher tem sofrido transformações diversas e a forma como é olhada acompanhou esta evolução. Deixaram de ser encaradas como seres reprodutores e confinadas às lides domésticas, para passarem a assumir cargos de destaque quer na sociedade civil, quer em âmbito profissional. A mulher, num antes não muito longínquo, era relegada para segundo plano, com um papel pouco ou nenhum interventivo nas questões civis, sociais ou políticas. A mulher estava impedida de aceder à vida pública, sendo a sua participação apenas admitida no contexto privado; em casa, entenda-se.

Ainda assim, embora tenhamos assistido a diversas alterações legislativas, a verdade é que as mentalidades não acompanharam estas mesmas mutações. Talvez por vivermos numa sociedade com marcas ainda bastante associadas ao poder patriarcal – tenha-se como exemplo o acto de o pai, no altar, entregar a filha ao futuro marido, como se aquela passasse do controlo do pai, para o do cônjuge - a verdade é que as mulheres portuguesas – comparativamente a outras europeias, por exemplo, completam quase uma jornada, em casa, só dedicadas a funções domésticas.. Até aqui é evidente que as mulheres não têm a mesma paridade dos homens; na realidade, o olhar sobre elas alterou-se, por exemplo, em contexto laboral; mas ao que a nível doméstico diz respeito ainda subsiste um grande atraso.

Alguns exemplos: Aliás, adiante falaremos de algumas pressões que as mulheres sofrem face aos homens, mas podemos já aflorar essa questão se nos

detivermos nos diversos comentários em que tropeçamos ao longo da nossa existência. Vejamos: se namoramos, perguntam quando casamos; se casamos perguntam quando engravidamos; se temos um filho, perguntam quando temos o segundo... E se alguma mulher “ousa” assumir que não quer ser mãe, logo se levanta um coro de vozes, incrédulas, a perguntar: porquê que não queres ser mãe? O olhar é tão expressivo de indignação, como se a mulher estivesse a renunciar à sua condição; como se renegasse a grande diferença que tem em relação ao homem. Pergunto: a quantas mulheres que querem ser mães perguntamos “por que queres ser mãe”? Não serão mães...”só porque sim”? “Porque nasceram mulheres”? “Porque é o suposto e é isso que se espera?”. Na realidade, quando alguém projecta o seu futuro, invariavelmente diz “quero estudar, arranjar trabalho, casar e ter filhos; o normal”. Mas por que será que o normal dos outros tem de ser o nosso normal? Porquê que alguém deve ser apontado como menos mulher só porque os seus planos de vida não passam pela maternidade? Não é, esta também, uma forma de discriminação e desrespeito pela vontade da Mulher?

Acredito que esta pressão social de que ser mulher implica, necessariamente, ser mãe é fruto da educação marcadamente judaico-cristã que nos é imposta. Como se fosse indigno renunciar à faculdade de ser mãe para dedicar-se a outros anseios, tão válidos quanto a maternidade. Pergunto: se muitas mulheres tivessem a plena certeza quanto à maternidade, quantos desfechos trágicos poderiam ser evitados?

Um outro olhar

Abordar a temática dos Direitos Humanos das Mulheres implica, também, que olhemos para as suas mais diversas formas de discriminação, traduzidas em comportamentos tão diversos como, por exemplo, a discriminação com base na idade. É verdade que esta é uma forma de discriminação que pode ocorrer em qualquer faixa etária, independentemente do género, mas não é menos verdade que recai sobre as mulheres uma exigência acrescida para que se mantenham “lindas e jovens” até ao fim dos seus dias, o que alia esta discriminação também às pessoas idosas. Esta forma de discriminação, designada idadeísmo, é considerada como o terceiro grande “ismo”, imediatamente a seguir ao racismo e sexismo. Não é por acaso que a indústria da cosmética é um dos segmentos mais importantes da economia mundial, sendo as mulheres o seu principal consumidor e os produtos de anti-envelhecimento os líderes dos produtos mais vendidos.

Esta é uma temática que urge ser encarada, sobretudo numa altura em que a comunicação social e a era digital, em particular, têm uma presença constante na vida dos cidadãos, não raras vezes como *opinion makers*. Basta retermo-nos nas celebridades que são mais seguidas nas diversas plataformas digitais: por regra, são jovens, com um corpo escultural, sendo as suas fotos reduzidas, precisamente, a esta exposição gratuita do corpo. Não nos esqueçamos que os *media* formam pessoas, isto é, pessoas que os vêem, os seguem e, portanto, o conteúdo que veiculam deve ser cada vez mais criterioso. Assim sendo, importa perceber de que forma as mulheres são representadas nos diversos meios de comunicação social.

Pegando, novamente, no exemplo da indústria de cosmética: não raras vezes vemos anúncios publicitários com pessoas jovens a apelar ao uso de cremes que retardam o envelhecimento. Ora, isto mais não é do que delator da consciência que começa a ganhar terreno e desta necessidade de estar-se bela e jovem, como se aos homens pouco importasse a passagem do tempo. Estes anúncios apelam a que os cuidados com o corpo se iniciem cada vez mais cedo, pressionando o público feminino.

Não podemos descurar a publicidade como responsável pela distorção do que é ser mais velho, referindo que a mensagem incutida é “deves ser jovem para ter valor”, contribuindo para que a nossa cultura seja gerontofóbica. Aliás, esta pressão evidencia-se muito mais para com as mulheres, a quem é exigido que, além de mães, profissionais, filhas, amigas, sejam o espelho da beleza, do cuidado físico e de um estilo de vida saudável. No fundo, que correspondam ao paradigma do que é suposto e não daquilo como se sentem, realmente, bem. Neste sentido, os *media* contribuem não só para a imagem negativa que passa quer das mulheres, no geral, quer das mulheres idosas, em particular, como para a pressão social a que estão sujeitas, bombardeadas com inúmeros produtos de beleza, com preços adequados a todas as possibilidades económicas, cujo objectivo é retardar o inevitável.

Ou seja, além da exigência para que seja excelente profissional, mãe, mulher, acresce a pressão social para que a mulher esteja sempre impecável, com um físico quase esculpido, pois, no seio masculino, cai bem que se apresentem com a mulher mais bonita. A mulher é cada vez mais empurrada para que não escolha ser como se sente bem, mas sim como se sentem bem com ela. Não tem tempo para pensar se quer estar sempre na moda, se quer estar atenta às últimas tendências, se quer prolongar a beleza e juventude até onde for possível; simplesmente, se quiser ser aceite e respeitada pelos demais, tem de apresentar-se como tal.

Percebe-se, então, que à mulher está subjacente uma maior preocupação estética, nomeadamente com o intuito de retardar ou disfarçar os efeitos físicos do envelhecimento. Não é por acaso que, numa sociedade contemporânea onde reina o culto da beleza, da energia e da vitalidade seja cada vez maior o apelo aos tratamentos de beleza e cirurgias de rejuvenescimento em busca do “elixir da juventude” que, aliás, tem sido fortemente testado desde a Antiguidade aos dias de hoje. Prova é que, em 2012, contactei, via email, um cientista português, João Pedro Magalhães, que está a trabalhar numa investigação, cuja meta é, precisamente, alcançar o elixir da eterna juventude. A pesquisa está a ser levada a cabo pela Universidade de Liverpool, no Reino Unido, e liderada por este investigador, que desenvolveu um novo método para identificar novos genes que aumentam a longevidade. Na altura, o cientista disse acreditar que “um dia será possível desenvolver um medicamento anti-envelhecimento”.

Alguma doutrina entende que as mulheres são quem mais pressão sente com o processo de envelhecimento, pois existe maior tendência para gastar dinheiro em produtos que visam evitar ou diminuir as alterações que este processo provoca, uma vez que as rugas e cabelos brancos “têm de sair e dar lugar ao aspeto fresco e eterno dos traços da juventude”. O género feminino tende a ser mais discriminado e os *media*, nas suas mais diversas plataformas, poderão ter a sua quota-parte de responsabilidade, pois à mulher é exigida uma imagem perfeita (jovem, bonita e atraente).

A busca da mítica fonte da juventude tem dificultado a forma de envelhecer numa sociedade que repele a doença e a morte, pois, como defendem alguns autores, “permanecer ou parecer permanentemente jovem não só se tornou num valor espiritual, como material e simbólico”. Há mesmo quem considere que a exaltação do corpo na sociedade actual, a necessidade de alcançar a perfeição através do corpo leva o ser humano a aderir a uma nova prática religiosa, designada de ‘corpolatria’, ou seja, a busca do prazer no próprio corpo. O crescente número de ginásios e dietas milagrosas também é sintomático da nova imagem contemporânea: ser belo e fisicamente perfeito. De resto, este género de apelos agiganta-se no Verão; altura em que as mulheres são desafiadas a desfilar o corpo por que tanto trabalharam o resto do ano. E se, antes, a televisão era o principal veículo de divulgação dos anúncios publicitários; hoje pululam pelos restantes meios, desde a rádio aos meios digitais.

Não parece exagerado, por isso, afirmar que toda esta pressão contribui, e muito, para que se assista a uma discriminação com base no factor idade e esta

discriminação apelidada de idadeísmo constitui um atentado aos direitos humanos fundamentais e o respeito pelas pessoas, independentemente da sua idade, constitui um princípio básico universal patente nos artigos 13º e 59º da Constituição da República Portuguesa e no artigo 21º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, respectivamente. O conceito de idadeísmo só recentemente começou a ser encarado como forma de violência e discriminação, mas não é menos verdade que se assume como uma forma de preconceito culturalmente baseado na idade que envolve a restrição de comportamentos ou oportunidades, atitudes negativas e estereótipos baseados na idade. Trata-se, por isso, de um preconceito que implica discriminação manifestada através de atitudes e comportamentos negativos para com as pessoas idosas ou para com quem não apresenta uma imagem linda e saudável. Ora, fazer esta avaliação com base na aparência física pode revelar-se estéril, uma vez que nem sempre a idade cronológica corresponde àquilo que se vê. Esta discriminação é evidente nos diversos quadrantes sociais, nomeadamente: Trabalho, Segurança Social, Saúde ou Comunicação Social. Vejamos as consequências de avaliarmos as pessoas, apenas, pela sua idade, o que reflecte, no fundo, a forma como entendemos o que não é ser belo e jovem:

No trabalho - inviabilização de admissão de candidaturas a postos de trabalho com base no critério “idade” associado a improdutividade; os empregadores partilham a ideia estereotipada de que os trabalhadores mais velhos dispõem de menor abertura e interesse para aprender coisas novas;

No sistema de Segurança Social - tendência de encarar as pessoas idosas como um estorvo para o sistema de segurança social, uma vez que os seus rendimentos, na maioria reformas, provêm da população activa; a população ativa entende que as pessoas idosas utilizam recursos que deveriam ser destinados unicamente a quem faz descontos, constituem um peso económico suportado pelos mais jovens;

Na Saúde - a discriminação pode estar patente na forma paternalista como as pessoas idosas são tratadas nos serviços de saúde;

Na comunicação social – já aqui abordámos do desfile de anúncios e não só que piscam o olho ao retardamento do envelhecimento. Assim, a indústria da beleza, da saúde e do bem-estar contribui para “disseminar atitudes fantasiosas a respeito da velhice entre mulheres dos segmentos médios urbanos, fazendo apologia da velhice como estado de espírito e condição que pode ser disfarçada, adiada ou remediada por

meio de recursos gerados pela Ciência e pela Medicina”. A publicidade incute a mensagem de “deves ser jovem para ter valor”.

E, portanto, mais do que falar em direitos humanos, no seu todo, é importante que olhemos para outros direitos tão fundamentais como a liberdade de pensamento e escolha. Parece-nos claro que, nos dias actuais, as escolhas são feitas por quem nos rodeia nos pilares mais sonantes: nos trabalhos escolhe-se a candidata mais jovem (ou porque ainda não é mãe; ou porque a probabilidade de adoecer é menor; ou porque ainda não vem com o comportamento formatado); na moda, escolhem-se os corpos mais esguios, como se o passaporte para nos sentirmos bem apenas se medisse pelo peso de cada uma e, sejamos honestos, a predisposição de atendimento a uma pessoa bonita é mais notória do que o inverso. Portanto, é o critério da beleza determinante para as relações que queremos estabelecer com os nossos semelhantes? Por que recai, somente, nas mulheres esta pressão social?

Somos, diariamente, bombardeados com informação sobre os padrões de beleza socialmente aceites e, mesmo não querendo, acaba por ser interiorizado por quem ouve os mais diversos apelos. É feita como que uma reprogramação para que aceitemos como verdade absoluta aquela que entidades ligadas à estética e aos produtos dietéticos transmitem. A somar, a publicidade a métodos milagrosos, mas acima de tudo, rápidos é igual reflexo da sociedade instantânea que se pretende talhar. Na verdade, hoje (quase) tudo está ao alcance de um clique, em qualquer parte do mundo, pelo que a voracidade com que se pretende alcançar o quer que seja, tem de estar em consonância. Perde-se tanto mais do que se ganha...

E ao que se assiste? Os quilos, de facto, a baixarem, mas a falta de auto-estima a ter o efeito inverso. Consequências? Além de poder colocar a vida em risco, existe uma panóplia de problemas de saúde, incluindo psicológicos, bem como repercussões nas diversas áreas da nossa vida: pessoal, familiar, social e mesmo laboral. Quem adere a estes programas instantâneos aumentam a sua insegurança e exponenciam o aparecimento de ansiedade, irritabilidade e, até, sentimento de inferioridade face a terceiros; além do fracasso. Será isto que nos define? Não! Somos tudo aquilo que fazemos e acreditamos. Se queremos emagrecer, vamos em frente! Mas por nós e não pelos outros. Somos muito mais do que um corpo num biquíni perfeito! As mulheres, em particular, são muito mais do que um corpo esbelto e, por isso, não devem ser rotulados pela imagem de uma sociedade castigadora.

É meu entendimento, por isso, que a pressão social a que as mulheres, em particular, estão sujeitas, constitui uma forma abusiva, que contribui para o isolamento social por estarem à margem dos padrões socialmente expectáveis e publicitados do que é, ou deve ser, a beleza humana. Está nas mãos de cada um de nós, gostarmos como somos, independentemente de correspondermos ou reflectirmos aos padrões de beleza impostos pelos meios de comunicação social. A pressão é tal que, há uns anos, a revista Marie Claire realizou um estudo intitulado «Por que o mundo odeia as gordas» e os resultados obtidos junto das leitoras foram: «66% admitiram já ter feito um comentário maldoso ao ver uma mulher gorda usando biquíni; 58% já se sentiram secretamente felizes porque a 'ex' do namorado engordou muito; 52% acham que é pior engordar 15 quilos do que reduzir o salário em 30%; 37% ficam incomodadas vendo uma mulher gorda comer hambúrguer com batatas fritas; 36% não iriam a um médico de regime que fosse gordo; 21% acreditam que as gordas são preguiçosas; 21% imaginam que, se um bonitão está com uma mulher gorda, é porque existem outros interesses; 18% dizem que uma pessoa muito gorda deveria pagar por dois assentos nos aviões.»

Comentários como «é gira, mas é gorda» ou «era mais gira se perdesse peso» habita os comentários ouvidos por muitas mulheres, no seu dia-a-dia, simplesmente porque não correspondem a um corpo socialmente aceite. Neste sentido, a mulher gorda não sofre apenas pela dificuldade de encontrar roupas adequadas ao seu peso, como, não raras vezes, perde a luta por um trabalho para uma mulher mais magra.

Sublinhemos que pressão não é sinónimo de opressão, pelo que está em cada um de nós fazer a diferença. As mulheres são, de facto, mais pressionadas do que os homens, no que ao corpo diz respeito. Pelo que, se esta pressão social a que as mulheres estão sujeitas não é uma manifestação de violência de género, então o que será?

Conclusão: Não há dúvida que muitas foram as mudanças legais observadas, nomeadamente com a criação de leis de igualdade entre homens e mulheres, mas também com o surgimento de medidas legais de protecção à mulher enquanto mãe, trabalhadora, interveniente social e cívica e, incluindo, a sua protecção em caso de abusos ou maus-tratos. No último século, a mulher adquiriu direitos tão basilares como o direito ao voto, a participação na vida cívica e política, o divórcio, a independência quer face ao cônjuge quer face ao pai, a trabalhar em igualdade de oportunidades e salário e ascender a cargos de chefia. Adquiriu, igualmente, o direito a estudar e a frequentar o ensino superior, correspondendo, assim, a um passaporte para a sua

independência financeira. Embora seja reconhecido que o nível académico médio das mulheres é superior ao dos homens, a verdade é que ainda se assiste a alguma discriminação no mercado de trabalho: por exemplo, dificultam-lhes o acesso se assumirem que pretendem ser mães e, a somar, ainda são as maiores vítimas de assédio. Representam, igualmente, o maior número de vítimas de violência doméstica; tráfico de seres humanos e vítimas de conflitos armados. Noutras culturas são, até, ignoradas.

Tudo isto para concluir o quê? Que se trata de um problema estrutural, como encetámos esta exposição. É nossa convicção que o problema ainda reside na mentalidade da sociedade e é aqui que existe um maior trabalho a ser feito. Está enraizado no inconsciente colectivo a subalternização da mulher, não bastando que a lei consagre, como o Artigo 13 da CRP, este direito à igualdade; é necessário educar a sociedade para essa igualdade. E, aqui, entram campo todos os intervenientes educacionais, desde pais a professores. O que se pretende, realce-se, não é a supremacia da mulher face ao homem; antes um sistema que prima pela equidade entre todos os cidadãos, sejam eles homens e mulheres porque as diferenças... essas, existirão sempre, pela natureza física inerente a cada um dos géneros e é no sentimento mais puro – só ali - que testemunhamos como aquelas diferenças se encaixam, como se esculpidas umas para as outras.